

Atena
Editora
Ano 2021

SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
CINARA MIRANDA CHAVES
(ORGANIZADORES)**

Atena
Editora
Ano 2021

SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
CINARA MIRANDA CHAVES
(ORGANIZADORES)**

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Gabriel Motomu Teshima
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Cinara Miranda Chaves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade /
Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria
Filomena Rodrigues Teixeira, Cinara Miranda Chaves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-679-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.796212911>

1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo
(Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues
(Organizadora). III. Chaves, Cinara Miranda. IV. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Colocamos à sua disposição a obra - “Sociologie: Ordem e política sociais na atualidade”, organizada em dois volumes. Uma obra que nasceu marcada pela força e expansão de seus discursos no campo das ciências sociais e áreas afins, requerendo diálogo e reflexão sobre questões que nos são caras, necessárias e urgentes nesta nova ordem social. Uma obra editada em várias mãos e idiomas, envolvendo pesquisadores de vários países, comprometidos com a reflexão permeada por ordens políticas e sociais que emergem em contextos sociais ao redor do mundo. Neste primeiro volume, os textos apresentam grande diversidade e estabelecem vínculos com as seguintes palavras-chave: Anatomia do idoso; Atualidades; Comunidade marginada; Desenvolvimento socioeconômico e humano; Desenvolvimento urbano; Engajamento; Estudo comparativo; Família; Feminismo; Gênero; Jornalismo colaborativo; Licenciatura; Liderança comunitária; Mediação da informação; Movimento Social; Mulher; Organizações; Pandemia; Política de cotas; Políticas sociais; Prática docente; Preconceito; Sociedade; Sociedade civil; Sociologia. Desejamos a todos você uma excelente leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Cinara Miranda Chaves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A LIDERANÇA COMUNITÁRIA ENQUANTO ARTICULADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E HUMANO EM UMA COMUNIDADE MARGINADA DO RIO GRANDE DO SUL

Fabiana Pereira Rosa
Victor Hoffmann Moreira
Gabriel Debastiani De Mello
André Prates Carneiro
Monique taisa wilborn

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129111>

CAPÍTULO 2..... 17

A MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA CONTRA O PRECONCEITO POR SER MILITANTE

Ayna Miranda da Silva Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129112>

CAPÍTULO 3..... 30

ANATOMIA DOS IDOSOS ¿DO QUE ESTAMOS FALANDO QUANDO FALAMOS DE MEIA-IDADE?

Sandra Sande Muletaber

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129113>

CAPÍTULO 4..... 40

A POLÍTICA DE COTAS A PARTIR DA LEI Nº 12.034 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009 E AS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Luzihê Mendes Martins
Fabiana Pereira Rosa
Juliane Danielle Dos Santos
Monique Taisa Wilborn
Victor Hoffmann Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129114>

CAPÍTULO 5..... 54

COVID Y DECRECIMIENTO ¿IMPUESTO O RELEXIVO?

Armando Sánchez Albarrán
Luis Fernando Gálvez Bailón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129115>

CAPÍTULO 6..... 67

DIAS GOMES E OS ESPETÁCULOS MUSICAIS: CULTURA, ARTE NO BRASIL SOB A DITADURA MILITAR

Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129116>

CAPÍTULO 7..... 78

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

Clody Genaro Guillén Albán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129117>

CAPÍTULO 8..... 94

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O EFEITO MULTIPLICADOR DO FINANCIAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA ENTRE 2014 E 2020 NAS 7 REGIÕES ECONÓMICAS PORTUGUESAS

Diamantino Ribeiro

Natacha Jesus-Silva

João Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129118>

CAPÍTULO 9..... 104

LOS INDICADORES DE DESARROLLO COMO CONTRIBUCIÓN AL DESARROLLO SOSTENIBLE

Ana Emaides

María Liliana Salerno

Magister Juan Balussi

Lic. Marianela Truccone

Magister Daniela Paredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129119>

CAPÍTULO 10..... 112

JORNALISMO COLABORATIVO E OS NOVOS PARÂMETROS PARA SELEÇÃO E INTERMEDIACÃO DA NOTÍCIA

Mayara Wasty Nascimento de Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291110>

CAPÍTULO 11..... 123

LA IGLESIA MINISTERIO INTERNACIONAL ENCUENTRO CON JESÚS EN URUGUAY: UN ANÁLISIS CUALITATIVO EN EL MARCO DE LA TEOLOGÍA DE LA PROSPERIDAD

María Victoria Sotelo Bovino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291111>

CAPÍTULO 12..... 133

LA PRÁCTICA DOCENTE FACTOR DETERMINANTE DE LOS INCIDENTES CRÍTICOS EN LA LICENCIATURA DE SALUD PÚBLICA DE LA U.M.S.N.H.

Adriana Calderón Guillén

Gaudencio Anaya Sánchez

Estefany del Carmen Anaya Calderón

Roger Nieto Contreras
Victor Hugo Anaya Calderón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291112>

CAPÍTULO 13..... 149

LOS MOVIMIENTOS LABORALES Y LAS REDES SOCIALES. LA CONSTRUCCIÓN DE UNA REALIDAD FRAGMENTADA

Cirila Quintero Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291113>

CAPÍTULO 14..... 159

LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL COMO ACTORES DEL DESARROLLO URBANO EN CHILE: AFECTOS Y JUSTIFICACIONES

Rosario Palacios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291114>

CAPÍTULO 15..... 174

PERFIL DE USUARIOS DE CASINOS Y COSTOS INDIVIDUALES, FAMILIARES Y SOCIALES EN EL MARCO DE PRÁCTICAS DE ESPARCIMIENTO, CASO MEXICALI, BAJA CALIFORNIA, MÉXICO

Margarita Barajas Tinoco

José Ascensión Moreno Mena

Norma García Leos

Marisol Lara Maldonado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291115>

CAPÍTULO 16..... 185

“O NOVO CÓDIGO CIVIL E COMERCIAL DA NAÇÃO NA ARGENTINA E O CUIDADO DA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES PARA PENSAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DESCOLONIAL”

Laura Beatriz Montes

Stella Maris Cusimano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291116>

CAPÍTULO 17..... 198

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONSTROEM SIGNIFICADOS SOBRE FAMÍLIAS E MULHERES, SITUADAS EM UM MAR DE VULNERABILIDADES

Stella Maris Cusimano

Laura Beatriz Montes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291117>

SOBRE OS ORGANIZADORES 211

ÍNDICE REMISSIVO..... 213

CAPÍTULO 2

A MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA CONTRA O PRECONCEITO POR SER MILITANTE

Data de aceite: 01/11/2021

Data de Submissão: 08/10/2021

Ayna Miranda da Silva Nogueira

Bacharel em Serviço Social
Caruaru-PE

<http://lattes.cnpq.br/5843630888078659>

<https://orcid.org/0000-0003-4176-6910>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir como a luta feminina é importante, o que já conquistou, mas também como a feminista sofre preconceitos dentro dos movimentos e de uma sociedade conservadora. No Brasil, a primeira luta feminista foi pelo direito ao voto, daí em diante ganhou força e o movimento passa a ser caracterizado como social e político, lutando por garantia de direitos e igualdade entre homens e mulheres. Bandeiras que permanecem até hoje. Por esses e outros motivos a luta feminina é necessária, pois a conquista de direitos atinge a mulher em geral, sendo ela negra ou branca, rica ou pobre. Mas, mesmo assim a mulher que se dedica a fazer parte de um movimento social sofre preconceitos, tanto dentro, como fora do movimento. A metodologia adotada caracteriza-se como revisão bibliográfica, na qual a fundamentação foi através de livros e artigos do tema proposto, com abordagem qualitativa, referencial teórico foi baseado em Branov (2014), Dallari (1997), Saffioti (1986) entre outros. Utilizando a entrevista estruturada com finalidade de exemplificar a existência do

preconceito dentro dos movimentos sociais. O feminismo por ser um movimento amplo, que compõe diversas pautas esta em constante construção defende em sua essência o direito da mulher e o combate a toda e qualquer forma de preconceito são fundamentais para efetivação de direitos e para romper com as práticas de discriminação. É fato que existem diversos tipos de preconceito (religioso, camada social, cor da pele, mulher, etc.), porém todos eles envolvem as raízes sociais e históricas. Resquícios de uma herança cultural conservadora, a maioria delas ligadas a práticas fascistas. Em alguns casos esse preconceito (ou a prática preconceituosa) são passadas de geração em geração, o que dificulta a tentativa de erradicação. Portanto como diz Aristóteles: “Onde há luta, há também vitória”. Lutemos, pois.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Movimento Social; Preconceito; Mulher.

WOMEN IN SOCIAL MOVEMENTS AND THE FIGHT AGAINST PREJUDICE FOR BEING A MILITANT

ABSTRACT: This article aims to discuss how the women's struggle is important, which it has already achieved, but also how feminists suffer prejudice within the movements and a conservative society. In Brazil, the first feminist struggle was for the right to vote, from then on it gained strength and the movement is characterized as social and political, fighting for the guarantee of rights and equality between men and women. Flags that remain today. For these and other reasons, the female struggle is necessary, as the achievement of rights affects

women in general, whether they are black or white, rich or poor. But even so, the woman who is dedicated to being part of a social movement suffers prejudice, both inside and outside the movement. The adopted methodology is characterized as a literature review, in which the foundation was through books and articles on the proposed theme, with a qualitative approach, theoretical framework was based on Branov (2014), Dallari (1997), Saffioti (1986) among others. Using a structured interview with the purpose of exemplifying the existence of prejudice within social movements. Feminism, being a broad movement, which comprises several agendas, is in constant construction, defending in its essence the right of women and the fight against any and all forms of prejudice are fundamental to the realization of rights and to break with the practices of discrimination. It is a fact that there are different types of prejudice (religious, social class, skin color, woman, etc.), but they all involve social and historical roots. Remnants of a conservative cultural heritage, most of them linked to fascist practices. In some cases, this prejudice (or the prejudiced practice) is passed from generation to generation, which makes the attempt to eradicate it difficult. Therefore, as Aristotle says: "Where there is struggle, there is also victory". Let us fight then.

KEYWORDS: Feminism; Social movement; Preconception; Women.

1 | INTRODUÇÃO

A mulher sempre esteve presente nas lutas sociais, é um fato histórico. Embora, a história tenham poucas narrativas de mulheres que ousaram lutar, geralmente a história as coloca como coadjuvantes, como esposas, como meras participantes, sem destacar sua real importância na luta. São diversas as situações em que as mulheres encontram empecilhos para militar, pesa sobre os ombros femininos o senso comum, diversos estigmas, preconceitos, e pressões culturais.

Sabemos que, em sociedades patriarcais como a nossa, o lugar das mulheres ao longo dos séculos, oficialmente, tem sido o espaço privado – o espaço doméstico da casa, da cozinha, do quarto etc. Espaço marcado pela invisibilidade e pelo silêncio. (ROSA 2013 p. 45).

Para a mulher militante é preciso coragem. Coragem para ousar, para vencer os preconceitos de uma sociedade que exclui, uma sociedade que discrimina, uma sociedade intolerante. Sentir-se parte do movimento é vital para a continuidade do mesmo, ter coragem, enfrentar os desafios, os olhares preconceituosos, a violência e arregaçar as mangas, é o que faz o movimento forte e duradouro. A emancipação feminina vem se consolidando, pois a mulher tem por sua natureza uma força que a move para frente.

[...] É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda a atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano. (GASPARI, 2003 p.42).

Ainda é preciso despertar a consciência que as mulheres precisam estar em maior quantidade na política não só para poder propor e votar políticas públicas voltadas para as necessidades e garantias das mulheres, mas para assim representar o eleitorado feminino,

cessando o preconceito que existem.

No Brasil, a Câmara dos Deputados possui apenas 15% de mulheres; e o Senado Federal 12%. Em âmbito municipal, 900 municípios não tiveram sequer uma vereadora eleita nas eleições de 2020. Em julho, o Brasil ocupava a posição de número 140 no que se refere à participação política feminina, em ranking que contempla 192 países pesquisados (...). O País está atrás de todas as nações da América Latina, com exceção do Paraguai e do Haiti. (BITTAR. 2021).

Para a mulher, pesa as cobranças de uma sociedade que impõem as obrigações do lar. O cuidado impecável da casa, dos filhos, da alimentação e de seu próprio corpo. Onde para a mulher é preciso que esteja sempre “arrumada”, mesmo com todos os afazeres domésticos e profissionais. Muitas vezes não cabendo a ela a liberdade de escolha. Para essas mulheres que decidiram ousar/lutar/militar, muitas vezes pesa os olhares preconceituosos e discriminatórios, onde poucos as apoiam e lhe dão forças para continuarem firmes.

2 | CONQUISTAS DO FEMINISMO

Em 1827 foi uma data extremamente marcante para as mulheres brasileiras, pois foi permitido a elas o direito a frequentar as escolas elementares. O que foi um grande passo para as mulheres entenderem que lutar por direitos era preciso. Anos depois (1879) que elas puderam frequentar as instituições de nível superior. E mesmo assim, as que adentravam as faculdades eram rigidamente discriminadas e criticadas. E a essas vitórias podemos relacionar a luta de Nísia Floresta¹, defendia que as mulheres alcançassem nível elevado na sociedade. Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Diversas mulheres alistaram-se para poder votar, seguidas por Celina Guimarães Viana, como narra BARANOV (2014):

Junto com outras seguidoras, Celina votou nas eleições de 5 de abril de 1928. Formada pela Escola Normal de Natal, Celina aproveitou a Lei nº 660, de outubro de 1927, que estabelecida às regras para o eleitorado solicitar seu alistamento e participação. Em todo o país, o estado potiguar foi o primeiro a regulamentar seu sistema eleitoral, acrescentando um artigo que definia o sufrágio sem ‘distinção de sexo’. O caso ficou famoso mundialmente, mas a Comissão de Poderes do Senado, não aceitou o voto. No entanto, a iniciativa da professora marcou a inserção da mulher na política eleitoral.

As mulheres foram às ruas (1928) votaram e elegeram a primeira prefeita da história

1 1932 - considerada a primeira mulher feminista do Brasil

brasileira, Alzira Soriano de Souza, no Município de Lajes (RN), porém os votos das mulheres foram anulados e o Senado não aprovou a candidatura, ela não assumiu o poder. Finalmente em 1932, Getúlio Vargas², promulga definitivamente o voto feminino,

Nas eleições de 1933, a médica, escritora e pedagoga Carlota Pereira de Queirós foi eleita, tornando-se a primeira mulher deputada federal brasileira. Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. (BARANOV. 2014).

Daí em diante as mulheres ingressaram aos poucos na vida política. Ainda hoje as mulheres são minorias nos espaços políticos, mas as conquistas são crescentes, chegando inclusive ao cargo máximo de nosso País, onde Dilma Rousseff, em 2010, foi eleita presidenta e posteriormente reeleita.

Em 1962, foi criado o Estatuto da Mulher Casada³, um fator primordial para o fortalecimento da mulher. Com a possibilidade de a mulher poder trabalhar, receber herança, poder ficar com seus filhos após o divórcio, esse estatuto dá um salto para a emancipação da mulher.

No final da década de 70, ocorreram diversos casos de assassinatos de mulheres por seus companheiros, a categoria não podia calar diante de tantos casos sem que o assassino fosse culpado ao sair em defesa das mulheres os movimentos organizaram manifestos e criaram-se centros de autodefesa, com o lema “quem ama não mata”. Os Grupos feministas Coletivo de Mulheres/RJ, Grupo Feminista do Rio, Sociedade Brasil Mulher/RJ e o Centro da Mulher Brasileira/Niterói, elaboraram um manifesto, que dizia:

Nós, Feministas do RJ, repudiamos esses assassinatos e protestamos contra todas as formas de violência que sofremos no nosso dia a dia, lembrando que esses crimes acontecem com mulheres de todas as classes sociais embora só cheguem às manchetes dos jornais quando se trata de mulheres da classe média alta. (...) Manifestamos nossa solidariedade às mulheres mineiras que iniciaram um movimento de luta contra todas as formas de violência que recaem sobre nós, mulheres. (...) Essa violência é a forma exacerbada de domínio do homem sobre a mulher, que se considerando seu senhor e proprietário, atribui-se o direito de dispor sobre sua própria vida. Essa violência é expressão máxima de toda a opressão de uma moral machista que, sistematicamente difundida pelos meios de comunicação de massa, tenta sensibilizar a opinião pública contra nossos projetos de emancipação, independência e autonomia. Fatos como esses revelam uma moral machista que justifica a violência de sermos consideradas objetos sexuais; a violência de nos ser negada uma identidade própria; a violência da desigualdade de oportunidades de trabalho; a violência da dupla jornada de trabalho; a violência do mando do pai sobre a filha, do marido sobre a mulher; a das agressões sexuais que sofremos todos os dias nas ruas. (Manifesto “quem ama não mata”. 1980.).

Aliado a isso houveram diversas manifestações lideradas pelo movimento feminino e

2 Foi presidente do Brasil em dois períodos. 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlio_Vargas

3 Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>

os resultados das manifestações foram surgindo aos poucos:

1983 – Surgem os primeiros conselhos estaduais da condição feminina (MG e SP), para traçar políticas públicas. O Ministério da Saúde cria o PAISM – *Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher*, em resposta à forte mobilização dos movimentos feministas.

1985 – Surge a primeira *Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher* – DEAM (SP) e em outros estados brasileiros.

1987 - Criação do *Conselho Estadual dos Direitos da Mulher* do Rio de Janeiro – CEDIM/RJ, a partir da reivindicação dos movimentos de mulheres, para assessorar, formular e estimular políticas públicas para a valorização e a promoção feminina.

1988 – Através do *lobby do batom*, liderado por feministas e pelas 26 deputadas federais constituintes, as mulheres obtêm importantes avanços na Constituição Federal, garantindo igualdade, direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei.

1996 – O Congresso Nacional inclui o sistema de cotas, na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. (HISTOURANDO 2014).

Foi em 2006 com a sanção da lei 11.340, intitulada de Lei Maria da Penha⁴, que as mulheres passaram a ter um apoio jurídico para coibir a violência doméstica e familiar. As punições aos agressores passam a ser efetivas, não mais podendo ser penas pagas em cestas básicas ou multas. Centros de Referência e atendimento as mulheres em situação de violência, delegacias da mulher, casas abrigo, juizados especializados, inclusão da mulher em programas sociais, são meios de auxílio à vítima. E um diferencial dessa lei é que ela contempla não só casos de agressão física, mas a violência psicológica, violência patrimonial, o assédio moral. Em 2015, a então presidenta Dilma Rousseff, sanciona a lei 13.104 que torna qualificado o homicídio quando realizado contra mulheres em razão do gênero e incluindo no rol de crimes hediondos.

No dia 04 de agosto de 2021 no Diário Oficial da união, foi publicada a Lei 14.192⁵, como intuito estabelecer normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas, e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais, dispõe sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral. Infelizmente é necessário que uma lei seja estabelecida para que as mulheres possam compartilhar de liberdade política e estar onde ela desejar, como disse Wollstonecraft: “*Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas*”.

4 Maria da Penha Maia Fernandes, sofreu duas tentativas de assassinato (1983) por seu marido. 15 depois seu esposo foi responsabilizado quando o caso foi analisado pela Comissão Interamericana de D. Humanos dos EUA. <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>

5 Lei 14.192: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14192.htm

3 | MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento feminista no Brasil dividiu-se em três ondas. A primeira foi um período que a mulher está passando por momento de renascimento como mulher, onde mostrar o desejo de mudança era necessário, lutar por direitos que eram exclusivos dos homens, como o simples ato de votar, ou seja, assegurar os direitos básicos, conhecido como Sufrágismo feminino:

Ampliar o que se entende por democracia, tornando iguais perante a lei os crescentes contingentes humanos das sociedades competitivas. Nesta concepção, cabe reivindicar para as mulheres igualdade de direitos com relação aos homens no plano de jure. (SAFFIOT. 1986, p. 107).

A década de 50 é um período em que a mulher participa ativamente no movimento político. E também é o ano que a Organização Internacional do Trabalho⁶ coloca a mulher e o homem com igualdade de remuneração, ao compartilhar a mesma função. Em 1960 o feminismo tem em sua pauta a libertação da mulher, o que atinge as instâncias da igualdade jurídica, política e econômica. Elas questionavam o seu papel na sociedade e de certa forma desafiavam o código de gênero que era forte na época.

A segunda onda compreende o período de 60 a 80, há, no entanto, uma modificação da pauta, já que elas conseguiram vitórias advindas da primeira luta que gira em torno do poder político exercido através da dominação masculina. Forte luta sobre gênero e orientação sexual, pois era crescente a inferiorização. O movimento liderado por mulheres se divide em duas vertentes, aquelas mulheres que participaram ativamente contra a ditadura militar integrando-se em movimentos de resistência. E as que se engajaram em causas sociais, que lutavam pela condição da mulher enquanto problemática social.

(...) mulheres anuladas emergem como mulheres inteiras, múltiplas, heterogêneas. Estão nos movimentos contra a carestia, pela anistia, na luta por creches, criam associações e casas de mulheres, entram nos sindicatos para seus encontros. Novos temas entram no cenário político, introduzidos pelo feminismo. (VERAS. 1986).

A década de 70 é um marco para os movimentos sociais, mesmo o Brasil enfrentando uma ditadura militar⁷ há um crescimento dos movimentos sociais em geral e o movimento feminino, especificamente, adquire força, criando novas motivações, novas pautas e formas de lutas diferenciadas. Foi numerosa e significativa a participação de mulheres, no período da ditadura, apesar da história ressaltar o papel dos homens na militância e não como as “mulheres que souberam lutar, resistir e encontrar seus próprios espaços, produzindo saberes

6 Agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. <http://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>

7 Foi o regime instaurado em 01/04/1964 até 15/03/1985, sob comando de governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. O regime acabou quando José Sarney assumiu a presidência, o que deu início ao período conhecido como Nova República (ou Sexta República). Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_\(1964%E2%80%931985\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_(1964%E2%80%931985))

e afirmando ousadamente estilos libertários e feministas de existência” (RAGO, 2013, p. 16 apud ROSA, 2013, p. 16).

O saldo aponta para o reconhecimento de que a militância clandestina era um universo basicamente masculino, onde as mulheres entravam em desvantagem. O desempenho satisfatório delas, especialmente nas tarefas militares, acaba por funcionar no entanto como instrumento de emancipação. (GARCIA. 1997 p.329).

O feminismo no Brasil, em 80, entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos em todas as regiões tratando de diversos temas sendo eles violência, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde. O movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados.

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. (...) As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (SARTI. 1988, p. 09).

A terceira onda surge como forma de resposta às falhas da segunda onda, período que compreende a década de 90. Marcada pela multiplicidade de movimentos feministas, surgindo diversas vertentes, onde mulheres começam a seguir linhas diferentes, com propósitos diferentes, considerando aspectos culturais, sociais e étnicos. A terceira onda também é conhecida como Feminismo da Diferença, que contextualiza diferenças entre os sexos, portanto havia uma preocupação em pontuar o papel do homem e da mulher, o que acabou gerando conflitos entre feministas que possuíam uma visão diferenciada desse processo:

O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. (NARVAZ e KOLLER 2006 Apud Louro, 1995; Machado, 1992; Scott, 1986; Toscano & Goldenberg, 1992. P. 649).

Com essa mudança na pauta o movimento ganha e perde adeptas, o que antes era baseado em uma luta generalista que visava os direitos das mulheres e igualdade de gêneros,

onde o patriarcado é fortemente debatido nas reuniões feministas. Essa fase direciona quase que exclusivamente para uma separação dos gêneros colocando a mulher em patamar diferenciado do homem. Para muitas ainda estamos vivendo essa fase da terceira onda, para outras um pós-feminismo com a bandeira de que “somos mulheres, somos diferentes”. Ressaltamos que o feminismo não pode ser confundido com uma guerra entre homem X mulher. Entender a história da mulher, suas lutas conquistas, os direitos instituídos, são bases para fortalecer o movimento e que este não pode aceitar o preconceito e a opressão masculina.

4 | PRECONCEITO

O preconceito esta presente em todos os espaços. É uma expressão de relações conservadoras, individualistas que estão ligados a conceitos preconcebidos existentes ou não, WIKIPÉDIA explica:

Preconceito é uma opinião desfavorável que não é baseada em dados objetivos, mas que é baseada unicamente em um sentimento hostil motivado por hábitos de julgamento ou generalizações apressadas. A palavra também pode significar uma ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial. (PRECONCEITO. 2021).

As pessoas não nascem conscientes da realidade, elas são moldadas por aquilo que veem, escutam, presenciam, vivenciam. O senso comum é utilizado como conselhos ou exemplos para as novas gerações e assim criam-se heranças conservadoras, machistas, classistas, autoritárias,

O senso comum se caracteriza por opiniões pessoais, generalizantes. Ou seja, julgam-se coisas ou fatos específicos como se fossem universais. Enfim, falsas certezas sem fundamentação científica [...] Ao contrário do investigar as relações entre os fatos e acontecimentos e também suas raízes históricas, como, por exemplo, a questão do racismo na sociedade brasileira. (OLIVEIRA, COSTA, 2013, p.18)

Expressões como: “*as mulheres devem cuidar da casa e os homens prover o lar*”, “*em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*”, “*mulheres vestem rosa e brincam com bonecas, meninos vestem azul e brincam com carrinhos*”, são exemplos de senso comum que perpetuam gerações, moldando ideias, orientando socialmente, politicamente e moralmente pessoas e famílias.

Quando o senso comum se cristaliza como modo de pensar e de sentir de uma sociedade, forma o sistema de preconceitos. (CHAUI, 1996/1997, p.117).

Manifestação de ódio, violência, cessamento da fala, roubo de ideias, são uns dos atos praticados por homens a mulheres que estão inseridas nos mesmos espaços. O aprendizado é moldado pelo meio que vivemos. Daí a importância da luta das mulheres em difundir sua presença nos espaços de luta. As meninas precisam aprender desde cedo que elas têm direitos e que esses direitos precisam ser respeitados. O movimento feminista deixa

um legado para a atual e as futuras gerações. Deixa o exemplo da luta por direitos. Deixa conquistas garantidas para as mulheres e meninas.

O medo é uma das mais frequentes manifestações de preconceito. (...) As correntes conservadoras manipulam o medo controlam os meios de comunicação, difundindo o preconceito. (DALLARI, 1996/1997, p.95).

A grande resistência masculina é aceitar que mulheres compartilhem os mesmos espaços. As mulheres desejam compartilhar os espaços sem que um anule ou diminua o papel do outro. Lutas podem ser compartilhadas, cada uma com sua representatividade e importância. A pauta da mulher é diferente da pauta do homem, assim como as necessidades são diferentes, não cabendo espaço para disputa de poder no sentido de gênero.

Nas diferentes esferas de atuação, as mulheres compartilham experiências de opressão. E, se o espaço, então, corresponde aos ambientes da política, tais experiências podem ser ainda mais recorrentes (...). A senadora (Gleisi Hoffmann) já vivenciou diferentes situações de opressão (...) preconceito e os ataques podem estar escondidos numa nuance do discurso. (SAMPAIO. 2018).

Existem razões culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas para que haja baixo número de mulheres na política, a cultura machista e o preconceito que permeia a nossa sociedade é fator primordial, somos uma das nações que mais tardou em liberar o voto para as mulheres. O espaço político tem uma enorme representatividade masculina, mesmo sendo as mulheres o número maior do eleitorado brasileiro, conforme os dados do TSE:

A maioria do eleitorado é formada por mulheres, que representam 52,49% do total, somando 77.649.569. Os homens somam 70.228.457 eleitores, sendo 47,48% do total. (...) Outros 40.457 eleitores não informaram o gênero ao qual se identificam, representando 0,03% do eleitorado brasileiro (TSE. 2020).

O movimento feminista foi e é necessário para as mulheres, pois suas conquistas resultaram em enormes vitórias sociais e políticas. A luta pelo fim da violência, igualdade de gênero, de salários, oportunidades iguais em grandes empresas, direitos à saúde, direito igualitário nos espaços políticos, entre outros, são bandeiras exploradas pelas feministas e que suas vitórias atingem todas as mulheres, sejam elas participantes ou críticas dos movimentos.

Feitas as considerações teóricas sobre a pesquisa, devemos apresentar as militantes⁸ cuja narrativa reforçam a teoria. São elas: Louise Caroline Santos de Lima e Silva, Elaine Cristina Santos, Aline Torres Brito de Oliveira, Rebeca Brayner Pereira e Janine Furtunato Queiroga Maciel. Todas participam ou participaram de movimentos sociais com pautas voltadas para mulheres. A militância se deu após compreensão da necessidade de representatividade na luta, a conquista de direitos, a visibilidade feminina nos espaços políticos. Ao serem questionadas sobre como elas entendem o ser feminista Rebeca responde que:

8 A entrevista se deu de forma online, através de questionário realizado por e-mail e formulário. Link: <https://forms.gle/VJGA2HvZbrWro11z7>

“Ser feminista é posicionar-se diariamente contra opressão de um sistema patriarcal que se reflete em mais setores do que deveria, com enfrentamento e mobilização de reflexões acerca de questões sociais à nossa volta.” (Rebeca Brayner Pereira).

As mulheres possuem condições iguais aos dos homens, fisicamente há diferenças, mas isso não torna as mulheres diferentes em ações, intelectualmente ou emocionalmente. Um dos objetivos deste texto é fundamentar que os homens são preconceituosos em relação às mulheres que militam e Louise, exemplifica assim:

“Na Faculdade éramos consideradas vagabundas que não queriam estudar. Na sociedade, somos vistas por muita gente como baderneiros inconsequentes. (...) Vários episódios de machismo e discriminação por gênero. Quando fui candidata à Presidência da UNE, em 2003, dirigentes da Juventude do meu partido diziam que não era bom ser uma mulher porque não teria ‘força’ para levar a gestão, acabam se envolvendo amorosamente com algum homem e deixam isso prejudicar a política, etc. Mas depois que eu fui eleita vice-presidenta da UNE, em 2005, houve uma disputa política para me tirar do cargo e fizeram uma página no antigo Orkut que se chamava “Louise Volta pra Casa” e a foto principal da página era de uma VACA. E havia uma enquete com várias fotos de VACA pedindo pras pessoas votarem em qual era mais parecida comigo. Sem dúvida foi a coisa mais explícita de machismo que já vivi. E vindo de dirigentes jovens supostamente de esquerda num partido de esquerda. Foi bem difícil. (Louise Caroline Santos de Lima e Silva).

A partir da análise dos relatos, o que se percebe é a preponderância da narrativa em torno do preconceito, as questões vivências, ganham destaque, sobretudo pela diversidade dos movimentos em que os fatos ocorreram, deixando claro que o preconceito parte de homens que compartilhar múltiplos espaços. Como diz Elaine: “*conheço companheiras que já sofreram preconceitos por serem militantes do MST, MMM e MMTR.*” Compreender que existem problemas de gênero dentro do movimento é fundamental para que as mulheres possam se unir para combater e tentar alterar essa prática, “*defender que haja equidade em nossa sociedade (...) pleitear por mais espaço e equivalência de participação e direitos para as mulheres*” é o que Janine entende por ser feminista.

Segundo alguns relatos elas iniciaram suas jornadas de militância quando conheceram o feminismo ou quando perceberam que era preciso lutar para a conquista de direitos, Aline diz: “sempre fui (feminista), mas só descobri do que se tratava na idade adulta.” Cada uma tem o seu próprio desertar, com seus motivos, suas experiências, para Louise:

“Compreender que o lugar de desigualdade de gênero em que somos colocadas durante toda a vida é uma estratégia política construída historicamente que só será superada com enfrentamento explícito e organizado contra o machismo.” (Louise C. Santos de Lima e Silva).

O processo de conexão com o feminismo e o de desconstrução do machismo é fundamental para se intitular feminista, porque ser feminista é lutar por espaços compartilhados, é conhecer suas lutas, e isto esta para além do preconceito, esta firmada no

desejo de igualdade, de liberdade, de viver livremente assim como os homens vivem. Cada demanda é própria do seu tempo, assim como o feminismo modificou, as mulheres mudaram suas abordagens, mas em toda história da luta o preconceito esteve presente e combater é fator fundamental para construção democrática.

CONCLUSÃO

A construção dessa pesquisa teve como objetivo principal analisar as conquistas da luta feminina e o preconceito que elas sofrem por fazer parte de movimentos de luta. Concluímos que o feminismo como luta é uma ponte importantíssima para conquistas dos direitos para as mulheres. Que constantemente surgem novas pautas de luta, na qual a mulher precisa reinventar a abordagem e articular formas de combater o preconceito e as desigualdades que perpetuam entre homens e mulheres. Que compreender a história do movimento e das feministas, suas peculiaridades reforçam a importância da luta.

Vivemos em um período contraditório da história, onde muitos direitos foram conquistados, mas velhos hábitos preconceituosos (ainda) persistem nos espaços de luta. Vale ressaltar que as mulheres que não são praticantes de movimentos sociais, que não se consideram feministas sofrem os mesmos preconceitos advindos de homens. Somos sujeitos sociais, construímos relações e interações na base do diálogo e por isso os movimentos feministas trabalham recorrentemente sobre o tema para que difundindo a ideia de igualdade consigam alcançar o objetivo que é dividir os espaços políticos e sociais sem que sofram violência, preconceito, interrompimento da fala, xingamentos. Uma construção diária e necessária que ao longo dos anos tem aumentado o debate, mas muito falta a conquistar. É preciso que essa igualdade seja reconhecida, real e efetivada.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Paula. **Especialistas lamentam baixa representatividade feminina na política**. Agência Câmara de Notícias. 27 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/800827-especialistas-lamentam-baixa-representatividade-feminina-na-politica/>. Acesso em: 01 set.2021.

BRANOV, Tamára. **A Conquista do Voto Feminino em 1932**. São Paulo 2014.

Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932> Acesso: 10 mai. 2020.

CHAUÍ, M. **Senso Comum e transparência**. In: J. Lerner (Org.), O preconceito. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

DALLARI, D. **O Preconceito**. Policiais, juízes e igualdade de direitos. In: J. Lerner (org.). São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

GRACIA, Marco Aurélio. **O gênero da militância notas sobre as possibilidades de uma**

outra história da ação política. 1997. P. 329. Disponível em: file:///C:/Users/Cactus/Downloads/cadpago_1997_8.9_11_GARCIA.pdf Acesso: 10 ag. 2020.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória:** Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguazu” nos anos 40 e 50. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003, p. 42.

PRECONCEITO. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [São Francisco, CA: Fundação Wikimedia]. 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Preconceito> . Acesso em: 01 set. 2021.

NARVAZ, Giudice; KOLLER, Silvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero:** articulando pesquisa, clínica e política 2006. Maringá. V11 pá 649 Apud Louro, 1995; Machado, 1992; Scott, 1986; Toscano & Goldenberg, 199. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf> Acesso em: 11 jul. 2020.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de, COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI.** 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias:** não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013. P 16 (RAGO 2013 apud Roda 2013)

SAFFIOTI, Heleith B. **Feminismos e seus frutos no Brasil.** In: SADER, Emir (Org.). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1986.

SAMPAIO, Cristiane. **‘Na política, sofremos mais preconceito’**, afirmam mulheres sobre misoginia no Brasil. Brasil de Fato, Brasília, 25 de maio de 2018. Política. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/25/na-politica-sofremos-mais-preconceito-afirmam-mulheres-sobre-misoginia-no-brasil>. Acesso em: 10 maio 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil:** o que ficou escondido. 1988. XXI Congresso Internacional da Lasa (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois p. 08. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf> Acesso em: 15 jun. 2020

SOARES, Vera. **Sociedade:** militância Feminina – Maturidade ao poder. 1989. Publicado em 2006. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/sociedade-militancia-feminina-maturidade-ao> Acesso em: 15 jun. 2020.

TSE -Tribunal Superior Eleitoral. **Censo da democracia:** Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020. 05 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>. Acesso em: 01set. 2021.

WOLLSTONECRAF, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman.** Tradução: Uma Vindicação dos Direitos da Mulher. Elisabete M. de Sousa. 1ª Ed. 2017. ISBN 978-972-608-301-6. Disponível em: <https://antigona.pt/products/uma-vindicacao-dos-direitos-da-mulher> Acesso em: 01 set 2021.

ENTREVISTADAS

1. Aline Torres Brito de Oliveira (Militante; Graduada em Biologia);
2. Elaine Cristina Santos (Militante; Bacharel em Serviço Social);
3. Janine Furtunato Queiroga Maciel (Militante; Licenciatura em Educação Física);

4. Louise Caroline Santos de Lima e Silva (Militante; Mestre em Ciência Política, bacharel em Direito);
5. Rebeca Brayner Pereira (Militante; Graduada em Psicologia, especialista em Psicologia Clínica).

QUESTIONÁRIO

- 1- O que você compreende por ser feminista?
- 2- Você se identifica como Feminista? Se sim, há quanto tempo?
- 3- Quanto tempo você participa de movimentos sociais?
- 4- Você já sofreu preconceito por ser Militante?
- 5- Você já sofreu preconceito “dentro” do Movimento?
- 6- Conhece alguma militante que tenha sofrido preconceito apenas por estar envolvida em algum movimento? Especifique o movimento.
- 7- As mulheres já tiveram significativas vitórias através dos movimentos, para você, qual foi a maior conquista feminina?

ÍNDICE REMISSIVO

A

Anatomia do idoso 3

Atualidades 3

C

Comunidade marginada 3, 4, 1, 2, 14

D

Desenvolvimento socioeconômico e humano 3, 1

Desenvolvimento urbano 3

E

Engajamento 3, 13, 67, 70, 76

Estudo comparativo 3, 5, 94, 96, 100

F

Família 3, 6, 3, 13, 42, 79, 185

Feminismo 3, 17, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 42, 43, 52, 53, 193, 194, 196

G

Gênero 3, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 68, 75, 185, 211

J

Jornalismo colaborativo 3, 5, 112, 113, 114, 115, 119, 121, 122

L

Licenciatura 3, 5, 28, 133, 135, 136, 139, 141, 142, 144, 146, 185, 198, 211, 212

Liderança comunitária 3, 4, 1, 2, 4, 13, 14, 15

M

Mediação da informação 3, 112

Movimento social 3, 17

Mulher 3, 4, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 41, 42, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 71

O

Organizações 3, 5, 15, 97

P

Pandemia 3, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 110, 117

Política de cotas 3, 4, 40, 41, 44, 45, 51

Políticas sociais 2, 3

Prática docente 3

Preconceito 3, 4, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29

S

Sociedade 3, 4, 5, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 42, 45, 51, 72, 75, 78, 79, 94, 96, 97, 113, 114, 115, 116, 117, 122

Sociedade civil 3, 5, 45, 97, 116

Sociologia 3, 28, 79, 185

SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 